

CADERNOS GESTÃO PÚBLICA E CIDADANIA

A SOCIEDADE É PROTAGONISTA NA RELAÇÃO COM O ESTADO?

Fernando Guilherme Tenório

Gylcilene Ribeiro Storino

Os Autores

Fernando Guilherme Tenório

Professor Adjunto e Coordenador do Programa de Estudos em Gestão Social (PEGS) da Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP), da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Gylcilene Storino Ribeiro

Mestranda da EBAP/FGV e Pesquisadora do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

ÍNDICE

I. Introdução	5
II. O Programa Gestão Pública e Cidadania	6
III. O ciclo de premiação de 1998: características gerais dos programas/projetos	7
IV. Análise das experiências sob o ponto de vista da cidadania	11
V. Conclusão	13
VI. Bibliografia	15
VII. Anexos	16

I. Introdução

Este artigo encerra projeto de estudo apresentado à Coordenação do *Programa Gestão Pública e Cidadania* (PGPC), que tem como objetivo central verificar como eram propostas a participação da sociedade civil naqueles programas/projetos (P/P) avaliados como semifinalistas pelo *Programa*. O objetivo era analisar os 100 P/P semifinalistas à premiação durante os anos de 1996, 1997 e 1998, totalizando assim 300 P/P analisados de um total de 2.453 inscritos nestes três primeiros anos do ciclo de premiação do PGPC.

O método de estudo destes 300 P/P foi o de *análise temática* “que consiste em descobrir *núcleos de sentido* que compõem uma comunicação cuja *presença* ou *frequência* signifiquem alguma coisa para o objetivo analítico visado” (Minayo, 1998: 209). Neste caso, procurávamos aquelas expressões descritas nos documentos enviados ao PGPC, que significassem o envolvimento da *cidadania* nos processos decisórios dos P/P semifinalistas.

Parece ser que a crise fiscal do Estado e o aprofundamento das desigualdades sociais, tem sido fatores que desafiam a administração pública brasileira a encontrar novas formas de atuação motivando os gestores públicos, a buscarem arranjos organizacionais para implementação de políticas públicas saneadoras destas desigualdades que no caso brasileiro é crônica. Segundo dados do Banco Mundial, um percentual de 29% dos aproximadamente 160 milhões de habitantes sobrevivem, no Brasil, com menos de US\$1 (um dólar americano) por dia.

Se por um lado o processo de abertura democrática trouxe consigo, a partir dos anos 80, a possibilidade de ampliação dos movimentos sociais de reivindicação, contribuiu também para o surgimento de novos agentes sociais – *terceiro setor* –¹ que promoveram o espaço para a formação de novos canais de comunicação a partir da sociedade civil em direção ao *primeiro setor* e, em alguns momentos, através de alianças com o *segundo*. Comunicação que tanto serviu para reivindicar como participar no processo de implementação de políticas públicas.

A participação popular nos discursos do poder público, passou a ser palavra de ordem, principalmente com a Constituição de 1988, denominada de *Constituição Cidadã*, pelo fato desta Lei maior privilegiar o cidadão, não como coadjuvante mas como sujeito do

¹ O *primeiro setor* significaria as organizações públicas governamentais; o *segundo setor* as organizações empresariais; *terceiro setor*, as organizações públicas não-governamentais.

processo de decisão no que diz respeito a *res* pública. Entretanto, cada gestor e/ou técnico na administração pública nos três níveis de governo – federal, estadual e municipal, interpretam, de forma diferente, como deve ser o processo de envolvimento da cidadania na gestão da coisa pública.

Portanto, foi a partir da observação que a tecnoburocracia pública brasileira percebe, de maneira diferente, como deve ser o processo de participação da cidadania, que propusemos analisar no *Programa*, através dos P/P de governos subnacionais, “se há o estímulo à participação consciente e legítima da sociedade e [se isto contribui] para a formação e capacitação dos atores sociais ... [no] estabelecimento de uma relação Estado-sociedade onde a cidadania seja, de fato, uma construção e um exercício permanentes” (Tenório, 1997: 102).

Com este último estudo, a semelhança dos dois anteriores – *Gestão pública e cidadania: metodologias participativas em ação* (título do estudo de 1997), *Relatório sobre as experiências semifinalistas do Programa Gestão Pública e Cidadania* (título do estudo de 1998), verificaremos como a sociedade civil participou, através de suas organizações, nos 100 P/P semifinalistas do ano de 1998.

Assim, com a conclusão deste projeto de estudo, no qual pesquisamos os 300 semifinalistas do período 1996 a 1998, pretendemos enfatizar a importância que este tipo de análise tem para a compreensão das relações entre governos subnacionais e a sociedade civil organizada. Este projeto não esgota a possibilidade de estudos nesta área na medida que o processo de ação da cidadania organizada ainda não ser hegemônico no país.

II. O Programa Gestão Pública e Cidadania

O PGPC² é desenvolvido pela Fundação Getulio Vargas (FGV) através de sua Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP), sob o patrocínio da Fundação Ford. Encontra-se no quarto ano consecutivo de realização e tem o mérito de focalizar e disseminar o que está indo bem na administração pública brasileira. Procura identificar as inovações e os inovadores nos níveis de governo subnacional e aumentar o arquivo de conhecimento sobre experiências alternativas em gestão pública, premiando as melhores

² O Programa gera um Banco de Dados de Inovação em Gestão Pública e Cidadania. Os resumos e outros dados sobre os projetos inscritos estão disponíveis via Internet, na *home page* da EAESE/FGV (<http://www.fgvsp.br/programas>). Além disso, são veiculadas diversas publicações, com análises e resumos de experiências.

iniciativas. A partir do ciclo de premiação de 1997, tornou-se também aliado do *Programa*, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Seu foco principal é sobre aqueles programas, projetos ou atividades que introduzam mudança qualitativa/quantitativa, em relação às práticas anteriores; que tenham impacto na melhoria da qualidade da população a ser beneficiada; que possam ser repetidos ou transferidos para outras regiões ou administrações; que ampliem ou consolidem o diálogo entre a sociedade civil e os agentes públicos e; utilizem recursos e oportunidades de forma responsável, na perspectiva de um desenvolvimento sustentável.

O *Programa* é aberto às instituições públicas governamentais dos níveis estadual e municipal, e às organizações próprias dos povos indígenas. Os P/P devem ter, pelo menos, um ano de operação efetiva, podendo ser em âmbito intermunicipal, interestadual ou regional, como também, serem implantados em parceria com organizações da sociedade civil (tais como: organizações não-governamentais, associações comunitárias e empresas privadas) ou com órgãos da União. As instituições públicas podem ser da administração centralizada (secretarias, departamentos, unidades de atendimento e prestação de serviços ao público etc.) ou descentralizada (autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista), subordinadas aos Poderes Executivo, Legislativo ou Judiciário.

Na seleção das experiências inovadoras, o PGPC conta com um Comitê Técnico composto de membros de entidades acadêmicas e da sociedade civil, bem como de especialistas com reconhecida atuação em diferentes áreas de políticas públicas e gestão governamental.

Segundo Peter Spink, Coordenador do *Programa*, os P/P apresentam soluções práticas para problemas, por vezes, vitais para as comunidades. O PGPC pretende estimular e divulgar as novas experiências de gestão pública que, tendo ensejado melhoria na qualidade de vida da população, possam ser reproduzidas, contribuindo para a ampliação da cidadania através da democratização do acesso a bens e serviços públicos nas diversas áreas de ação governamental.

III. O ciclo de premiação de 1998: características gerais dos programas/projetos

O presente trabalho foi realizado a partir da leitura dos noventa e seis (96) programas/projetos semifinalistas do ciclo de premiação de 1998.³ O objetivo principal foi a análise das formas de inserção da sociedade civil nos referidos P/P. Portanto, essa

³ Dos 100 P/P selecionados na primeira fase da avaliação, quatro não enviaram as informações complementares solicitadas.

amostra corresponde a uma pré-seleção das melhores experiências neste ano. A amostra representa cerca de 17% do total encaminhado (631). A análise consistiu na quantificação de algumas variáveis, a fim de obter um retrato do período, comparativamente aos resultados dos anos anteriores. Além disso, a partir de um conjunto de categorias temáticas, procurou-se fazer algumas inferências qualitativas.

a) Distribuição geográfica

Quanto à distribuição espacial dos projetos no território nacional, é possível observar que o resultado do ano de 1998 reproduziu os resultados obtidos nos anos anteriores, em relação à região brasileira que contribuiu com um maior número de projetos. A região sudeste⁴ foi a que mais apresentou experiências inovadoras, respondendo por 46,9% dos P/P selecionados.

A região norte teve uma boa recuperação, já que no ano de 1996 contou com 6 (seis) projetos selecionados mas, em 1997, não apresentou sequer uma indicação. A região sul, manteve-se no segundo lugar em número de indicações. Esses resultados podem ser observados na Tabela 1.

Tabela 1

Distribuição Geográfica dos P/P por Grande Região – 1998

REGIÃO GEOGRÁFICA	NÚMERO DE PROJETOS	PERCENTUAL (%)
Norte	8	8,3%
Nordeste	10	10,4%
Centro-Oeste	10	10,4%
Sudeste	45	46,9%
Sul	23	24,0%
TOTAL	96	100,0%

b) Abrangência temática

Nos anos de 1996 e 1997, a área temática que apresentou um maior número de P/P classificados foi a de *serviços públicos*. Entretanto, no ano de 1998, foi a área temática *cidadania e direitos humanos* que contou com um maior número de P/P semifinalistas. Individualmente, os P/P direcionados às *crianças e adolescentes* foram os mais freqüentes, enquanto nos anos anteriores os temas *saúde e educação* foram os mais indicados, fato que

⁴ Essa mesma região alcançou os percentuais de 53% e 45% nos anos de 1996 e 1997 respectivamente.

pode estar demonstrando uma tendência de mudança na *focalização* dos projetos que estão sendo desenvolvidos pelos agentes públicos.

Os temas mais citados foram: *crianças e adolescentes* (10 indicações); *formas de gestão e planejamento* (9 indicações); *limpeza pública e sistema de coleta, tratamento e destinação do lixo* (7 indicações); *participação popular*; *educação*; *saúde*; *desenvolvimento regional e local em bases sustentáveis* (6 indicações).

Esses temas dão o contorno das principais preocupações sociais dos agentes públicos, na atualidade. Note-se que os temas *formas de gestão e planejamento* e *participação popular* remetem à preocupação com o *processo* de condução das ações de maneira democrática. Os resultados consolidados, ano a ano, encontram-se na Tabela 2. Os dados desagregados de 1998 encontram-se nos Anexos 1 e o nome dos P/P, Estados e Localidades no Anexo 2.

Tabela 2

Frequência de P/P por Área Temática – 1996 a 1998

ÁREAS TEMÁTICAS	1996	1997	1998
Administração e Governo	22	8	19
Infra-Estrutura e Meio Ambiente	12	16	8
Serviços Públicos	32	38	23
Cidadania e Direitos Humanos	20	18	26
Desenvolvimento Econômico e Social	12	19	17
Legislativo	1	0	1
Judiciário	1	1	1
Outros	0	0	1

c) Fontes de financiamento

A maior parte dos P/P analisados foi financiada pelo próprio órgão gestor, ou seja, pelo setor público municipal e o setor público estadual. Além disso, mereceram destaque, como agentes financiadores dos projetos selecionados, as organizações não governamentais e os organismos internacionais, aparecendo de forma mais expressiva no ano de 1998.

Essas alianças, para captação de recursos que permitissem a viabilização dos P/P, indicam uma maior articulação das administrações públicas subnacionais com agentes econômicos e sociais. A Tabela 3 apresenta as fontes de recursos citadas nos três anos de realização do Programa.

Tabela 3

Fontes dos Recursos Financeiros – 1996 a 1998

Fonte	1996	1997	1998	% (1998)
Setor Público Municipal	73	35	55	38,46%
Setor Público Estadual	22	34	43	30,07%
Setor Público Federal	28	18	19	13,29%
Empresas	26	31	7	4,89%
ONG's	-	-	7	4,89%
Organismos Internacionais	-	-	6	4,20%
Outras	-	-	6	4,20%

d) Agentes sociais envolvidos

Um dos fatores de avaliação mais importantes, quando se pretende identificar se há uma ampliação da participação cidadã na gestão pública, é o envolvimento de agentes sociais distintos. Com o objetivo de efetuar uma análise comparada com as experiências dos anos anteriores foi quantificado o número de organizações participantes por tipo, nos noventa e seis projetos analisados no ano de 1998. A Tabela 4 sintetiza os resultados obtidos.⁵

Tabela 4

Relação de Organizações Participantes por Tipo - 1996 – 1998

Tipo de Organização	1996	1997	1998	% (1998)
Órgãos Municipais	88	61	63	18,31%
Órgãos Estaduais	34	49	49	14,24%
Órgãos Federais	26	27	19	5,52%
Organizações Comunitárias	34	29	50	14,53%
ONG's	28	13	38	11,05%
Instituições Religiosas	19	21	13	3,78%
Instituições de Ensino	32	25	36	10,46%
Empresas	21	8	34	9,88%
Sindicatos	13	30	15	4,36%
Organismos Internacionais	11	13	11	3,20%
Instituições Bancárias	-	-	7	2,04%
Imprensa	-	-	6	1,75%
Outros	-	-	3	0,88%
Total	306	276	344	-

⁵ Para tornar mais clara a interpretação dos resultados, cabe fazer algumas considerações acerca dos critérios utilizados, bem como, registrar algumas limitações do levantamento de dados.

Foi registrada apenas uma frequência por tipo de organização, quando para um mesmo projeto foram citadas mais de uma instituição do mesmo tipo. Essa informação permite verificar as relações entre os diferentes tipos de agentes, porém, não permite avaliar se está sendo ampliado o nível de articulação interna, ou seja, dentro do mesmo tipo de instituição;

Houve dificuldade em classificar algumas instituições, porque certos P/P faziam referência às mesmas através de siglas (no caso de dúvida, elas não foram computadas);

No resumo dos P/P (material que subsidiou a análise) havia uma questão específica sobre esse tema (a de número 6), entretanto, outras organizações foram citadas nas respostas. Isso exigiu um trabalho adicional de levantamento, para que fossem também mensuradas; Alguns P/P fizeram referência a órgãos colegiados (Comissões, Conselhos, etc). Uns enumeraram todas as organizações neles representadas e, outros não chegaram a esse nível de detalhe. Quando foi possível identificar as instituições, elas foram classificadas por tipo; quando não foi possível identificá-las, optou-se por registrar a frequência no tipo de organização ao qual o órgão colegiado estava subordinado.

Entendeu-se como relevante destacar dois outros tipos de organizações não mencionadas nas experiências anteriores, as *instituições bancárias* e a *imprensa*, pela frequência de indicação que apresentaram: Banco do Brasil, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e o Banco de Desenvolvimento do Nordeste. Quanto à imprensa, foram citadas emissoras de rádio e televisão.

Foram citados 112 órgãos municipais e estaduais, perfazendo um percentual de 32,55% do total de citações. Também registraram um número considerável de citações as organizações comunitárias, contribuindo com um percentual de 14,53%. Esses resultados eram esperados, na medida em que a maioria dos projetos são geridos pelos primeiros (órgãos estaduais e municipais) e direcionados às comunidades. Observou-se, ainda, um crescimento significativo do número de organizações não governamentais envolvidas.

e) Público beneficiário

Quanto ao público beneficiário das experiências selecionadas, cabe registrar que a maioria dos P/P foi direcionada ao atendimento de uma necessidade específica de um grupo bem definido de indivíduos. Por exemplo: nove pessoas portadoras de deficiência; quinze artesãos indígenas; vinte adolescentes; setenta famílias de agricultores; cento e vinte empresas familiares, assim por diante.

Há, entretanto, um conjunto de experiências que destinaram-se à sociedade como um todo. Os cinco projetos finalistas, por exemplo, tiveram uma amplitude de atendimento mais abrangente, ou seja, foram regionais ou extensivos a um grupo populacional maior. Podendo-se, portanto, inferir que os responsáveis pela premiação optaram por destacar aquelas experiências de maior alcance em termos do número de beneficiários dos projetos.

IV. Análise das experiências sob o ponto de vista da cidadania

Cabe, preliminarmente, lembrar que os P/P analisados foram encaminhados pelos agentes governamentais, logo, qualquer avaliação das experiências, sob o ponto de vista da participação cidadã, reflete a percepção desse grupo social, quanto à forma de inserção de indivíduos ou grupos na gestão pública.

Registra-se, entretanto, que os projetos em questão foram selecionados por pessoas que desenvolvem reflexão sobre o tema e, com experiência na análise de políticas públicas.

Mesmo sendo a forma de participação da população beneficiária apenas uma variável de seleção dos P/P, os resultados da análise refletem, em certa medida, a representação social que esses últimos têm da gestão pública fundada nos princípios da cidadania.

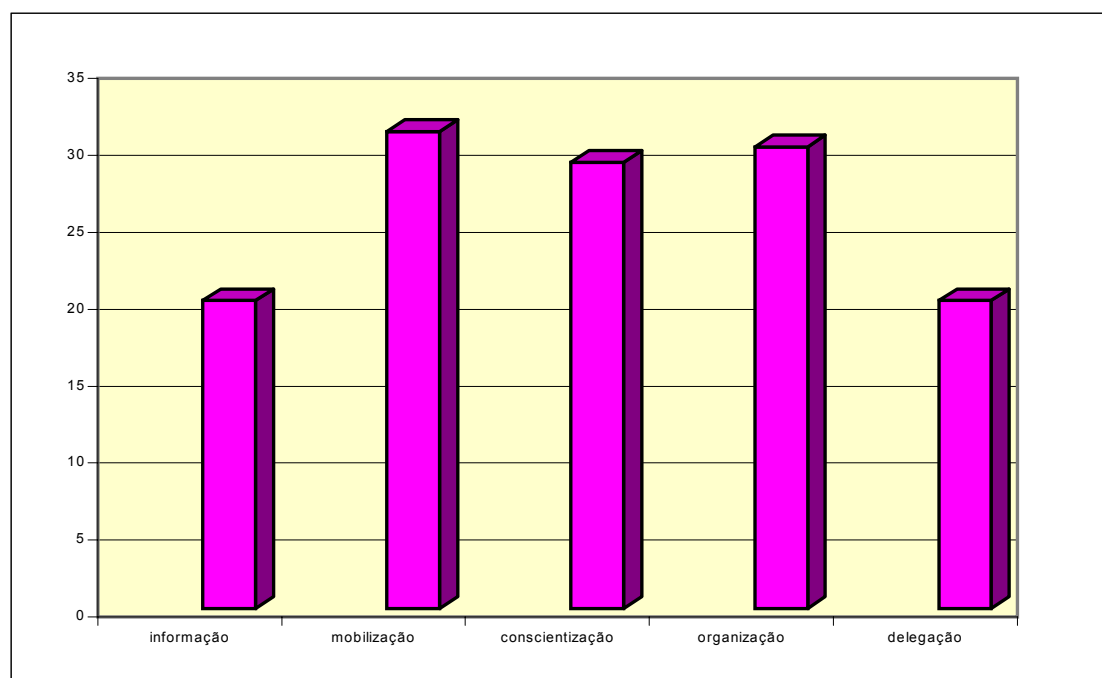
Os relatos⁶ das formas de inserção social nos P/P selecionados, mostram a diversidade de experiências e de percepções dos gestores públicos, acerca do conceito de participação. As experiências são variadas e, registram níveis diferenciados de inserção social nos P/P, tais como:

- a) a veiculação de informações, permitindo que a sociedade conhecesse previamente as ações que seriam implementadas foi entendida, em alguns casos, como suficiente;
- b) foram usadas expressões como *envolvimento*, *mobilização*, *sensibilização*, para registrar que as ações dos gestores dos P/P foram além da simples informação sobre o que iriam implementar adiante. Nesses casos, havia preocupação em tornar a população beneficiária receptiva a uma ação pública identificada unilateralmente como necessária;
- c) há casos em que evidencia-se a necessidade de *capacitação* e *conscientização* da população beneficiária, reportando-se a ações concretas de treinamento e processos de aprendizagem como forma de ampliar a visão crítica da sociedade. Aqui, os gestores de P/P se identificaram como *agentes indutores*. Parte-se, portanto, do pressuposto de que os próprios indivíduos são capazes de modificar a realidade em que estão inseridos, entretanto, seria preciso muni-los de conhecimentos que, em princípio, somente esses gestores detém;
- d) a formação de órgãos colegiados ou associativos e a ampliação de representantes da sociedade civil também foram apresentadas como forte evidência de interesse em agregar a população nos processos de gestão de P/P. Há, entretanto, para cada P/P analisado, diferente nível de participação da sociedade, na medida em que os órgãos criados apresentaram atribuições distintas (consultivos, fiscais, deliberativos, etc);
- e) por fim, há experiências em que se envolveu a população beneficiária em atividades, delegando responsabilidade de execução de parte das ações ou na própria gestão do projeto.

O Gráfico a seguir apresenta a distribuição de frequência com que foram citadas as cinco formas – *informação*, *mobilização*, *conscientização*, *organização* e *delegação* – de inserção social descritas acima, nos projetos analisados.

⁶ Em alguns P/P, as formas de participação da população beneficiária não foram explicitadas ou, de fato, não existiram. Nesses casos, outras variáveis foram relevantes para seleção da experiência, ou seja, mesmo quando o agente público optou por uma ação assistencialista, entendeu-se que o P/P levava a uma ação inovadora que podia ser replicada em outras localidades.

GRÁFICO



O núcleo da representação social em torno da qual concentra-se o conceito de cidadania ativa, para o grupo de gestores públicos e especialistas que atuaram no ciclo de premiação 1998, pode ser sintetizado pelas palavras *mobilização*, *conscientização* e *organização*.

Cerca de 85% dos projetos analisados apontaram que a participação da população nos processos de gestão pública vai além da simples informação, entretanto, a delegação total de atividades só aconteceu em 15% dos casos. Esses resultados reproduzem o papel tradicional do Estado como indutor, cabendo-lhe em 70% dos casos, a iniciativa do processo de desenvolvimento.

IV – Conclusão

Apesar do processo democrático vivido pelo Brasil desde meado dos anos oitenta, fato que parece ter contribuído para um maior envolvimento da cidadania nas questões nacionais, não tem impedido que o país viva sob uma crise econômica que já dura duas décadas, denominadas de décadas perdidas (1980 – 1990). A saída para esta situação, segundo o modelo macroeconômico adotado, o neoliberalismo, é uma maior participação da sociedade civil nas questões de natureza social.

Não é por acaso que nos dias de hoje é feita a diferenciação entre os subsistemas de uma dada sociedade: *primeiro, segundo e terceiro setores*. Esta divisão, além de configurar necessidades históricas de organização sócio-econômica, é também uma tentativa de atribuir aos dois últimos, responsabilidades no tratamento das questões sociais. Ao capital, atribui-se o adjetivo de cidadania empresarial, às organizações públicas não-governamentais, de cidadania social.

É portanto sob esta temática da cidadania que os governos de turno, tanto a nível nacional quanto subnacional tem procurado resolver, através do método neoliberal da focalização, problemas no Brasil na medida que, atribui-se a crise fiscal, o impedimento do *primeiro setor* em resolver as questões estruturais do país. Assim, vai ser também considerada *inovadora*, aquela gestão pública que seja capaz de envolver a sociedade civil organizada no processo de solução, pontualizada, dos problemas por ela enfrentados.

A fim de não sermos repetitivos, consideramos que as conclusões observadas nas duas primeiras análises – anos de 1996 e 1997, poderiam ser reproduzidas nesta última. Apesar disso, podemos salientar que existe um elemento comum nestes três estudos que parece nortear, metodologicamente, o envolvimento da cidadania nos 296 programas/projetos avaliados: a cidadania, por meio de distintas manifestações, é “chamada” a participar muito mais dos “resultados” do que dos “processos”. Isto é, as alianças com a cidadania não tem privilegiado a sua participação nas quatro etapas básicas da gestão de políticas públicas: identificação do problema, elaboração da solução, implementação/monitoramento e avaliação. Quando ocorre a participação ela se dá, muito mais aconselhando do que deliberando.

Com esta última análise – anos de 1998, não queremos inferir que este tipo de estudo esteja esgotado, outras possibilidades existem. O que talvez possamos induzir é o fato de que as diferentes propostas metodológicas de implementação, por meio de participação da sociedade civil, de programas/projetos apontados como inovadores na gestão pública de governos subnacionais pelo *Programa Gestão Pública e Cidadania*, já é uma realidade, ainda que tênue, no Brasil.

V. Bibliografia

ARRETCHE, Marta T. S., *Tendências no estudo sobre avaliação*. Seminário Avaliação de Políticas e de Programas Sociais. São Paulo: Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica – PUC/SP, junho de 1996.

COHEN, Ernesto & FRANCO, Rolando. *Avaliação de projetos sociais*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1993.

FARAH, Marta Ferreira Santos. *Gestão pública e cidadania: iniciativas inovadoras na administração subnacional no Brasil*. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro: EBAP/FGV, vol. 31, nº 4, jul/ago, 1997.

KLIKSBERG, Bernardo. *Seis tesis no convencionales sobre participación*. Revista Instituciones y Desarrollo. Madri: Instituto Internacional de Gobernabilidad, PNUD, nº 2, 1999.

MINAYO, Maria Cecília de S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. Rio de Janeiro: São Paulo, Hucitec – Abrasco, 1998.

SPINK, Peter & CLEMENTE, Roberta. Organizadores. *20 experiências de gestão pública e cidadania*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1997.

TENÓRIO, Fernando G. *Gestão Social: uma perspectiva conceitual*. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro: EBAP/FGV, vol. 32, nº 5, set/out, 1998.

TENÓRIO, Fernando G. & CUNHA, Augusto P. G.. *Relatório sobre as experiências semifinalistas do Programa gestão pública e cidadania – ciclo de premiação 1997*. Rio de Janeiro: EBAP/FGV, maio de 1998.

_____ & ROZEMBERG Jacob Eduardo. *Gestão pública e cidadania: metodologias participativas em ação*. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro: EBAP/FGV, vol. 31, nº 4, jul/ago, 1997.

_____ et al *Avaliação de Projetos Comunitários*. Rio de Janeiro: CEDAC, São Paulo: Loyolla, 1995.

Anexo 1

Frequência de P/P por Área Temática – 1998

TEMAS	FREQÜÊNCIA
Área 1 – Administração e Governo	19
Formas de Gestão e Planejamento	9
Participação Popular	6
Consórcios Intermunicipais	2
Relações Intergovernamentais	1
Sistemas de Informação	1
Área 2 - Infra-Estrutura e Meio Ambiente	8
Limpeza Pública e Sistema de Coleta, Tratamento e Destinação do Lixo	7
Energia e Recursos Minerais	1
Área 3 - Serviços Públicos	23
Educação	6
Saúde	6
Segurança Pública e Policiamento	5
Assistência Social	3
Cultura e Patrimônio Histórico e Artístico	2
Abastecimento	1
Área 4 - Cidadania e Direitos Humanos	26
Crianças e Adolescentes	10
Minorias	5
Idoso	3
Deficiente	3
Mulher	2
Cidadania e Direitos Humanos	2
Consumidor	1
Área 5 – Desenvolvimento Econômico e Social	17
Desenvolvimento Regional e Local em Bases Sustentáveis	6
Formação de Mão-de-obra e Geração de Emprego e Renda	4
Agropecuária e Pesca	3
Desenvolvimento Econômico e Social	1
Reforma Agrária	1
Indústria, Comércio e Serviços	1
Melhoria das Condições e das Relações de Trabalho	1
Área 6 – Legislativo	1
Área 7 – Judiciário	1
Área 8 - Outros (Educação Ambiental em Programa de Rádio)	1

Anexo 2

Nome do Projeto	Estado	Localidade
Gerenciamento e monitoramento do meio rural.	SP	Presidente Prudente
Médico itinerante.	RS	São Francisco de Paula
Projeto experimental de lixo reciclável e educação ambiental.	PR	Matinhos
Serviço de atendimento ao cidadão.	BA	Salvador
Produção de couro vegetal e pesquisa e manejo de pesca.	AC	Tarauacá
Manejo sócio-ambiental integrado da bacia hidrográfica do rio Almada.	BA	Almadina
Projeto horta comunitária.	MG	Itamarandiba
Caixeiro viajante.	DF	Brasília
Programa Pensões Protegidas	SP	Ribeirão Preto
Projeto plano de trabalho da Promotoria de Defesa Comunitária.	GO	Goiânia
Programa de desenvolvimento auto sustentável na pré Amazônia.	MA	São Luis
Projeto criança.	SP	Jundiaí
Projeto bairros que trabalham.	SC	Lages
Núcleo intersindical de conciliação trabalhista.	MG	Patrocínio
Plano Diretor de Ordenamento Territorial-PDOT	DF	Brasília
Capacitação profissional e iniciação ao trabalho.	SP	Santos
República bem-viver.	SP	Santos
Energização e dinamização social dos Bairros de Retiro e Var	SP	São Paulo
Educação para o consumo nas escolas de 1º e 2º graus e nas De	SP	São Paulo
Reforma Agrária Solidária	CE	Fortaleza
Programa juventude mostra a sua cara.	GO	Goiânia
Redução do índice de mortalidade infantil no Município através.	SP	Penápolis
Gestão participativa dos recursos hídricos.	CE	Fortaleza
Qualidade total na Câmara	SP	Barueri
A segurança preventiva no Conjunto Residencial Rubem Berta.	RS	Porto Alegre
Projeto Pensão	SP	Araraquara
Centro de Atendimento à Vítima de Crime – CEVIC	SC	Florianópolis
Recuperação da agricultura tradicional indígena e de seus.	DF	Brasília
Projeto Vila Bairro	PI	Terezina
Pescando na Barra	RJ	Quissamã
Programa Menino no Parque	MG	Belo Horizonte
Projeto Agentes Multiplicadores	SP	Bauru
Projeto Fazenda Escola Fundamar	MG	Paraguaçu
Centro de Integração da Cidadania	SP	São Paulo
Quadro de educação ambiental em programa de rádio.	MS	Campo Grande
Consórcio Intermunicipal Grande ABC	SP	Santo André

Projeto Sócio-Ambiental de Gestão Comunitária de Praças	SP	Embu
Programa População de Rua	MG	Belo Horizonte
Implantação da qualidade total na Comunidade de Primavera.	SP	São Paulo
Convênios creches comunitárias.	RS	Porto Alegre
Programa de Creches	MG	Belo Horizonte
Programa de Auto-Emprego – PAE	SP	São Paulo
Projeto Serenidade	SP	São Roque
Projeto Baía Limpa	PR	Curitiba
Programa Aprendendo a Aprender	SP	São Paulo
Programa de Saúde Mental "Rompendo preconceitos e Expandindo	MG	Betim
Lixo é Real	PR	Campo Mourão
Descentralização do abrigo "Tô voltando pra casa".	RJ	Volta Redonda

NOME DO PROJETO	Estado	Localidade
Polícia Comunitária	SP	São Paulo
Territorialização: uma estratégia na construção do modelo	RS	Porto Alegre
Programa Universidade do Campo	PR	Curitiba
Conselhos Comunitários de Segurança	DF	Brasília
Projeto Parteiras do Amapá	AP	Macapá
Programa de Parcerias com as ONGs	AP	Macapá
Escolas-Núcleos: uma proposta para educação rural.	RS	Santa Maria
Fundo para Promoção do Desenvolvimento Rural de Urupema	SC	Urupema
Projeto Luz do Sol	SE	Nossa Senhora da Glória
Programa de Assessoramento e Apoio Financeiro às Organizações	MG	Uberlândia
Programa de Valorização do Adolescente Privado de Liberdade	SP	São Paulo
Tecnologia de baixo custo e participação popular na gestão da Central d..	MG	Betim
Programa Mala do Livro – Bibliotecas Domiciliares	DF	Brasília
Projeto Cidadão	AC	Rio Branco
Minimizando resíduos em São Sebastião - Programa de Seleta	SP	São Sebastião
Projeto de Saúde Mental	MG	Belo Horizonte
Produtos de campanha ou feira de produtos da época	SC	Chapecó
Combatendo a evasão escolar.	RS	Santa Maria
Casa do Caminho - Albergue que abriga mulheres vítimas de violência.	CE	Fortaleza
Programa Social Educativo de Profissionalização de Adolescentes	RS	Porto Alegre
Manual da Brigada – Guia de Serviços do Comando de Policiamento	RS	Porto Alegre
Série Memórias Volume 1 - O Centro da Cidade	SP	Jundiaí

Programa Piá 2000	RS	Porto Alegre
Centro Integrado de Linguagem Auditiva de Blumenau	SC	Blumenau
Projeto Escola Bosque do Amapá - Módulo Regional do Bailiq	AP	Macapá
Projeto Educação de Rua	SP	Franca
Plano de Desenvolvimento Rural do Município de Chopinzinho	PR	Chopinzinho
Enleiramento de Pedras com Trator de Esteira	PR	Chopinzinho
Propen/SEIN – Programa de Fomento a Pequenos Negócios	ES	Vitória
Educação na Prisão	DF	Brasília
Magistério Indígena	RR	Boa Vista
Projeto "Lixo por Livro"	MG	Itabira
Programa do Vereador Júnior	SP	Bragança Paulista
Programa Ribeirão mais Bonita	SP	Ribeirão Pires
Projeto Casa de Zabelê	PI	Teresina
Clube Recreativo dos Idosos da Ilha Solteira	SP	Ilha Solteira
Projeto Direito de Estudar	PE	Lagoa Grande
Programa Integrado de Gerenciamento e Gestão Ambiental	DF	Brasília
Fórum de Desenvolvimento Sustentável de Ribeirão Pires	SP	Ribeirão Pires
Programa Auto Gestão da Limpeza Pública	MG	Timóteo
Programa Diagnose Criminal e Conduta Terapêutica Correcio	SP	Araraquara
Treinamento de agentes comunitários de saúde para o progr..	RJ	Quissamã
Câmara do Grande ABC	SP	Santo André
Orçamento Participativo	MG	Ipatinga
Arte Fibrã de Arumã Baniwa	AM	São Gabriel
Consórcio Intermunicipal da Bacia Hidrográfica do Alto Rio Negro	SC	São Bento do Sul
Projeto Escola do Campo	PR	Curitiba
Trienal de Medicina Tradicional do Povo Baniwa e Kuripako	AM	São Gabriel